

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2011, às 17h, teve início a reunião da Comissão de Informática do TRT da 4ª Região, no Sala de Audiências dos Dissídios Coletivos, 10º andar, do Edifício-Sede do TRT, sob a presidência do Exmo. Desembargador Ricardo Luiz Tavares Gehling, com a presença dos demais integrantes da Comissão, Exmos. Desembargadores Hugo Carlos Scheuermann, Cláudio Antônio Cassou Barbosa e Exmo. Juiz George Achutti (titular da 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre). Ausente o Exmo. Juiz Roberto Teixeira Siegmann (Diretor do Foro de Porto Alegre). Presentes, ainda, as servidoras Cleonice Santos Condotta (Assessora de Informática da Corregedoria) e Natacha Moraes de Oliveira (Diretora da Secretaria de Tecnologia de Informação). **Pauta: 1) Política de segurança da informação** – Comitê de Segurança da Informação propõe alterações na atual política de segurança e apresenta novas normas (uso dos recursos de TI e controle de acesso), com vista a atender orientações do TCU. Deliberação: aprovadas normas pela Comissão. Proposto o encaminhamento à Presidência do TRT. **2) Relato sobre incidente de segurança ocorrido durante a semana de 17/10/2011 e as providências adotadas.** Deliberação: considerando que a rede interna continua um pouco lenta, a Comissão solicita que seja colocado um aviso na intranet. Aprovada proposta de instalação de equipamento que mapeia comportamentos na rede, a fim de evitar novos problemas. **3) Definição de estratégia de substituição do Microsoft Office e política de uso do BrOffice.** 3.1. Solicitação do Setor de Eletricidade e Comunicações - Artífices: aplicação a ser desenvolvida dentro do BrOffice Base para auxiliar no controle de contratos e demandas; 3.2. Solicitação de Consultoria SEAPA. Deliberação: comunicação da deliberação acerca das licenças Word nos gabinetes dos Desembargados. Autorizada a aquisição de licenças de power point para atendimento excepcional, em especial Escola Judicial. Indeferida as solicitações do Setor de Eletricidade e Comunicações e SEAPA. As demandas deverão ser atendidas pelo novo sistema de gerenciamento de serviços a ser disponibilizado pela STI (TraceGP). **4) Priorização demandas relacionadas ao Processo Eletrônico 2º Grau e e-Jus² (exportação).** Foi feito relato pela Diretora da STI sobre a necessidade de uma decisão posterior sobre a forma como será feita a exportação do e-Jus² (integração total ou mediante “serviços”). Está sendo realizado estudo para verificar o impacto na performance do sistema. Deliberação: a equipe de desenvolvimento do segundo grau terá como prioridade a adaptação da NovaJus4 para o processo eletrônico e providenciar a documentação para exportação do e-Jus² para os Tribunais. **5) Política de distribuição dos novos notebooks** - noticia a Diretora da STI que em face da compra dos tablets foi necessário instalar o Itunes no modelo dos notebooks. Está sendo providenciada a aquisição das dockstation. Dia 26, serão entregues os novos notes para os integrantes da Comissão para testes por uma semana. Deliberação: No TRT, em face da dificuldade de leitura na tela pequena, os desembargadores devolvem os equipamentos antigos quando receberem a doca. Possibilidade de entrega conjunta dos tablets para desembargadores (possibilitará o treinamento do uso conjunto). Para os juízes de primeiro grau, já pode ser dado início ao agendamento para entrega dos novos equipamentos aqueles que tenham interesse, com devolução da doca e do notebook antigo. Assim que as novas docas chegarem poderão ser encaminhadas via contrato terceirizado utilizado para a entrega de microcomputadores. Será feito comunicado pela Comissão e utilizado site para os agendamentos. **6) Tablets** – noticia a Diretora de Informática que registro de preço já está em fase final, e a quantidade licitada atende a todos os magistrados. A compra inicial, restrita aos desembargadores em face da verba disponível, tem como prazo de entrega 45 dias após a assinatura do contrato. Quando houver dotação orçamentária, será possível estender a aquisição aos magistrados de primeiro grau. Será necessária verificar a solução para o acesso à internet (3G). **7) Contratação de serviços de TI - terceirização de transporte e manutenção de equipamentos sem garantia** – Relato sobre os novos critérios da contratação. Usuários internos passaram também a ser responsabilizados pela retirada do equipamento, bem como sobre o serviço

realizado e a hora da conclusão do serviço para fins inclusive de aplicação de multa. **8) Consulta unificada** – noticia a Diretora da STI a entrada no ar das alterações na consulta unificada (solucionando o problema gerado pela numeração única do CNJ). **9) Solicitação de envio de dados para OAB** – Deliberação: não há como encaminhar antecipadamente os dados. Realizar contato com a OAB, sugerindo um contato institucional com o TST, a fim de conseguir os dados efetivamente publicados após a data de divulgação. **10) Gravação de audiência - meta 2** - houve encaminhamento do CSJT no sentido de adesão a Registro de Preços de software que possibilitaria o cumprimento da meta. Está sendo realizada a adesão para 5 licenças. Santa Rosa e Pelotas e outra unidade a ser determinada. Necessidade de regramento para o piloto (sem dispensa do termo de audiência). Deliberação: Referendada a gravação de audiência nas unidades referidas, ficando claro que enquanto não disponíveis software adequado para de gravação, não será dispensado o registro da audiência em ata, com resumo dos atos e depoimentos das partes e testemunhas. **11) PJ4 e Infor. Priorização** - Deliberação: aprovada proposta de que a equipe responsável pelo desenvolvimento de sistemas de primeiro grau, dedique-se a partir de agora ao estudo do PJ4 e às atividades necessárias à migração dos dados do inFOR para o novo sistema, restringindo-se as demandas relativas ao inFOR apenas àquelas de ordem técnica ou projetos definidos como estratégicos pela Administração. **12) Banco de boas práticas** – Relato pela Diretora da STI. Necessidade de alinhamento dos projetos com o planejamento estratégico (exigência do TCU). Necessidade de indicação pela ASSEPLAN das demandas relativas aos projetos em andamento. Deliberação: dar encaminhamento e consolidar as informações. **13) Encontro de Gestores** – noticia a Diretora da STI que no pré-encontro de Gestores será feita apresentação do processo eletrônico aos Diretores de Secretaria. Dia 10/11. **14) Revisão do plano diretor de TI** - status dos projetos prioritizados no início de 2011. Deliberação: agendada reunião para o dia **29/11** – 11h. Pauta: análise preliminar do PDI 2012 e respectivo alinhamento ao planejamento estratégico. **15) Deliberação da Comissão, realizada por meio de mensagens eletrônicas, referendada na reunião**: indeferimento pela Comissão em 03.10.2011 da solicitação de instalação ferramenta Remote Keys - programa que opera a partir da configuração dos "clicks" que devem ser dados em uma determinada tela – demanda encaminhada pelo Comitê de Segurança da Informação, oriunda de servidora da 13ª VT de Porto Alegre, uma vez que não é software disponibilizado pelo TRT e gera demanda de atendimento a cada atualização dos sistemas. **16) Solicitação DGCJ** – relato Juiz George Achutti acerca de problema ocorrido quando da autuação de processo no TRT, oriundo da Vara do Trabalho, em que pendente recurso (enviado em meio digital) no TST. Solicitação de destaque/aviso quando da autuação do processo, identificando que há nos autos tramitação digitalizada de recurso no TST, a fim de evitar o problema relatado. Deliberação: aprovada. **17) Assuntos gerais. 17.1)** O Presidente da Comissão apresenta **proposta de alteração da composição da Comissão**, passando a integrá-la a Diretora da STI e o ocupante do cargo responsável pelo acompanhamento da execução orçamentário e **adequação do nome da Comissão (Comissão de Tecnologia da Informação)**. Deliberação: aprovada. **17.2)** O Presidente da Comissão noticia a **visita** de representantes de todos os TRTs para apresentação do e-Jus², no dia 25/11. Informa, ainda, que nos dias dias 17 e 18/11, visitará o TRT de Belém, com a finalidade de apresentar o e-Jus².